

ESTRUTURA E CONJUNTURA NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA. UMA NOTA SOBRE EDUCAÇÃO¹

Epitácio Macário²

Resumo

O artigo analisa a conjuntura que precipitou o esgotamento do pacto político que sustentou os governos progressistas de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, tentando compreendê-los como fenômenos novos inseridos na estrutura que particulariza a formação capitalista brasileira. Recorre-se a índices sociais e educacionais para ilustrar a continuidade de um traço estrutural da formação brasileira, assim enunciado por Florestan Fernandes: a inflexibilidade da burguesia dependente em face das necessidades e reivindicações da classe trabalhadora.

Palavras-chave: particularidade brasileira; autocracia burguesa; sociedade; educação.

ESTRUCTURA Y COYUNTURA EN LA PARTICULARIDAD BRASILEÑA. UNA NOTA SOBRE EDUCACIÓN

Resumen

El artículo analiza la coyuntura que precipitó el agotamiento del pacto político que sostuvo a los gobiernos progresistas de Lula da Silva y Dilma Rousseff, buscando comprenderlos como fenómenos nuevos insertos en la estructura que caracteriza la formación capitalista brasileña. Recurre a indicadores sociales y educativos para ilustrar la continuidad de un rasgo estructural de la formación brasileña, tal como lo enunció Florestan Fernandes: la inflexibilidad de la burguesía dependiente frente a las necesidades y demandas de la clase trabajadora.

Palabras clave: particularidad brasileña; autocracia burguesa; sociedad; educación.

STRUCTURE AND CONJUNCTURE IN THE BRAZILIAN PARTICULARITY. A NOTE ON EDUCATION

Abstract

The article analyzes the conjuncture that precipitated the exhaustion of the political pact that sustained the progressive governments of Lula da Silva and Dilma Rousseff, seeking to understand them as new phenomena embedded in the structure that characterizes Brazil's capitalist formation. It draws on social and educational indicators to illustrate the continuity of a structural trait of Brazilian formation, as articulated by Florestan Fernandes: the inflexibility of the dependent bourgeoisie in the face of the needs and demands of the working class.

Keywords: brazilian particularity; bourgeois autocracy; Society; education.

¹ Artigo recebido em 24/10/2025. Aprovado em 05/06/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.69660>

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC/Brasil). Professor Associado da Universidade Estadual do Ceará (UECE/Brasil) na Graduação em Serviço Social e no Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; Email: epitacio.macario@uece.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0026764807340896>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6234-9732>.

Introdução

O presente texto foi escrito a partir de reflexões produzidas no relatório de estágio pós-doutoral realizado sob a supervisão do professor Marcelo Dias Carcanholo (UFF) no ano de 2021. Tivemos, porém, que encurtá-lo retirando a parte em que tratamos da dependência brasileira e sumariando as apropriações de Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes e José Chasin sobre a particularidade brasileira.

O objetivo aqui é analisar elementos da conjuntura brasileira atual, alguns índices sociais e educacionais, à luz de traços gerais que, segundo a bibliografia estudada, marcam a formação do moderno capitalismo no Brasil.

Ao tratar de temas dessa conjuntura, tentando articulá-los com relações ou determinações históricas mais gerais ou mais universais, corremos sempre o risco do enquadramento dos fatos vivos em estruturas categoriais cristalizadas. Mas se não atentamos para as mediações entre os fatos e as estruturas sociais, corremos o mesmo risco de, no polo oposto, elencarmos um conjunto de elementos em total desconexão com o significado que assumem na relação com leis gerais que governam a sociedade brasileira. Aqui, preferimos incorrer no perigo de perseguir mediações dialéticas que conectam passado e presente, leis gerais e fatos empíricos. É nessa conexão com traços nodais da miséria brasileira (Chasin, 2000) que discutimos a educação da miséria (Minto, 2011).

Nota metodológica

É sempre bom atentar para o risco de se invocar traços característicos da formação capitalista brasileira em contextos históricos específicos, no nosso caso, após cinco décadas de amadurecimento do capital industrial em sua feição monopolista – situação que se completara durante a ditadura militar. O risco que se corre é o de hipostasiar as categorias históricas, cristalizá-las como dadas para sempre, como se fossem uma espécie de pecado original a manchar todo o percurso histórico da nação. Tão pouco é acertado considerar tudo o quanto expresse as formas contemporâneas do capitalismo brasileiro como a mais novíssima novidade, sem situá-la na continuidade da história. A captura e a expressão teórica das mediações pelas quais o capitalismo brasileiro se pôs, como capitalismo dependente,

e das características do Estado e da política que deram suporte e legitimação ao tipo particular de formação, podem abrir caminho profícuo para o entendimento do projeto neoliberal e seus rebatimentos na educação e nos direitos sociais como um todo, na atual conjuntura do país.

O materialismo dialético fornece instrumental metodológico adequado para o adequado trato dessas questões, isto é, a dialética da continuidade na mudança e da mudança na continuidade que marca todo o processo histórico. Aqui só é possível indicar a linha estabelecida por Marx (2011, p. 25-26), segundo a qual

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

O recurso, pois, aos traços gerais que particularizam o capitalismo brasileiro é aqui utilizado não no sentido de afirmar que não há nada de novo sob o lindo céu que recobre o país, mas para encontrar os elos entre os elementos conjunturais e as estruturas historicamente incrustadas na sociedade brasileira.

Com efeito, o que hoje vivenciamos insere-se numa longa conjuntura marcada por regressividades tanto no que se refere ao desenvolvimento econômico, como aos solavancos e crises do regime político e aos índices sociais que marcariam a miséria brasileira. Por enquanto, apenas sinalizamos que a situação atual deita raízes profundas na própria natureza do capitalismo brasileiro e de sua burguesia, raízes que precisam ser convocadas à análise para se ter um quadro histórico dos fatos que se desdobraram no país desde a implementação do neoliberalismo pelos governos civis, seu curso claudicante com inflexões à direita e à esquerda; importa, sobremaneira, lastrear na história o período da atual crise instaurada em 2013 e que precipitou a cassação da presidente Dilma Rousseff, a prisão de Lula da Silva, a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, e a retomada do governo central pela aliança conservadora de centro-direita³ em torno de Lula da Silva, em 2022.

Ora, sob o diapasão da relação entre velho e novo – a dialética da reprodução social como mudança na continuidade e continuidade na mudança –, é possível, pelo

³ Conferir opinião de Zé Dirceu em <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-montou-um-governo-de-centro-direita-nao-de-esquerda-diz-dirceu/>.

menos, desconfiar que as forças sociais responsáveis por tocar a agenda socialmente regressiva, implementada pelos governos pós-golpe de 2016, e herdadas pelo novo governo de Lula da Silva (2023-atual), não podem ter sido geradas de repente como um raio em céu de brigadeiro.

A nós nos parece mais adequado ontor-las como a culminância da luta de classes cujos pressupostos históricos e conjunturais remetem a determinadas características da formação do capitalismo no Brasil e à natureza dos embates travados pela classe trabalhadora, cujas organizações mais relevantes fecharam apoio aos governos petistas, abrandaram o discurso ideológico/político e conciliaram com as correntes neoliberais. Elidir essas circunstâncias históricas e as condições materiais e político-ideológicas em que se desenrolou a luta de classes sob Lula da Silva e Dilma Rousseff, ou considerar que o que vivemos atualmente nada tem a ver com tais circunstâncias, oblitera as possibilidades de compreensão e, ademais, não pode ser útil à organização e à luta da classe trabalhadora no atual momento marcado pela regressividade em vários quadrantes da vida nacional. É, pois, com o interesse de lançar luzes sobre esta conjuntura regressiva e refletir sobre “a educação da miséria” que discutimos alguns nódulos da particularidade brasileira.

Traços da particularidade brasileira e a conjuntura atual

Para essa análise, a chave teórica formulada por Francisco de Oliveira, em sua crítica ao dualismo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, fornece caminho importante. De acordo com sociólogo, a oposição entre arcaico e moderno, no caso brasileiro, é uma operação meramente formal pois “[...] de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (Oliveira, 2003, p. 22).

Outro registro seminal – talvez incontornável! – é o da lavra de Florestan Fernandes sobre as particularidades da revolução burguesa no Brasil. Resgatamos, aqui, apenas dois aspectos no multiverso de sua interpretação: i) na particularidade da dependência brasileira, o capital se desenvolve realizando as funções econômicas do moderno capitalismo (industrialismo, como às vezes ele chama), mas obliterando a materialização das funções políticas e culturais que foram móveis das revoluções

burguesas nas formações clássicas. Como efeito, ii) nas condições históricas herdadas do patrimonialismo e no seio da dependência, a classe dominante interna articula uma visão burguesa de mundo e uma pragmática correspondente na esfera da ação política que alijam as forças sociais discordantes, tendentes ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo autêntico. Resta, pois, como traços característicos do capitalismo aqui urdido, a exclusão das massas populares dos progressos socioculturais e da participação política efetiva – duas pernas da natureza autocrática da burguesia brasileira. Em suas palavras:

O “retardamento” da Revolução Burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, adquire assim uma conotação política especial. A burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, pela sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo (Fernandes, 2005, p. 345).

A implicação política dessa condição da burguesia nos países dependentes é que o

[...] idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de auto privilegiamento. O “nacionalismo” burguês enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo (Fernandes, 2005, p. 345).

O idealismo burguês é posto de lado na medida em que a particularidade brasileira sequer pôde, até então, almejar a construção de uma democracia sólida embasada nas instituições criadas pelas próprias classes dominantes. Muito menos a burguesia aqui existente – que é uma espécie de sócia subordinada das burguesias forâneas ou, nos estratos mais elevados, uma burguesia em simbiose com os interesses internacionais e de costas para os problemas nacionais e das amplas massas do povo trabalhador –, é capaz de incorporar qualquer ideário de participação efetiva da classe trabalhadora, de repartição dos frutos do progresso econômico e

cultural, de incorporação da diversidade étnico-racial e cultural (que é responsável pela nossa beleza e pelas possibilidades de uma nova civilização).

Avessa a tudo isto, ela é capaz de solapar a institucionalidade, ou ontorce-la até alcançar seus objetivos políticos diretamente ligados a interesses econômicos internos e externos à nação. Serve de exemplo o *impeachment* contra Dilma Rousseff numa conjuntura em que as classes dominantes desfrutavam de amplo protagonismo no tecido social brasileiro, não sem o adjutório das próprias forças do trabalho que foram abandonando as lutas antissistêmicas e se entrincheirando no aparelho do Estado em torno da gestão da crise brasileira e da disputa dos orçamentos e de políticas públicas – como se o alargamento de políticas públicas não dependesse da luta de classe no sentido mais amplo que, do lado das forças do trabalho, persegue melhorias nas condições materiais, culturais e morais de reprodução da classe trabalhadora.

Elementos de conjuntura: população, PIB e miséria

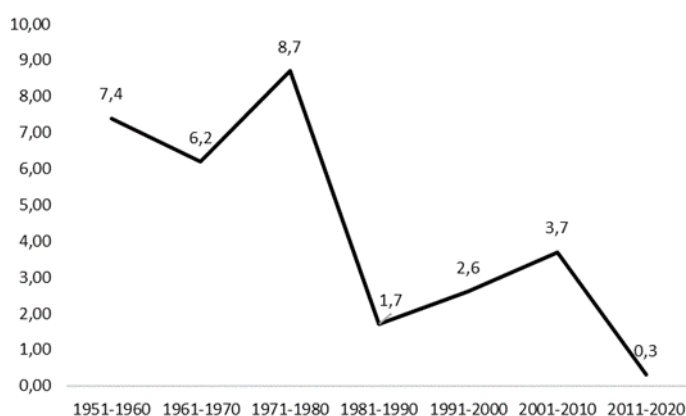
Quanto ao primeiro aspecto assinalado pelo mestre Florestan Fernandes, o que se refere ao fato de o capitalismo brasileiro realizar a contento, no interior da condição dependente, as funções econômicas do capitalismo moderno, é de muita importância compreender que o país fechou o ano de 2024 como a 10ª economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em 2,179 trilhões de dólares (em torno de 13,4 trilhões de reais a preços de dezembro/2024), segundo informações do Fundo Monetário Internacional (FMI) veiculada pela CNN.⁴ Em 2022, o PIB já somava, 10,09 trilhões de reais, segundo dados do IBGE, tendo a seguinte composição: agropecuária 581,3 bilhões de reais (5,77%); indústria 2,3 trilhões de reais (22,82%); serviços 5,86 trilhões de reais (58,09%); e impostos 1,3 trilhão de reais (13,33%). A participação relativa dos fatores na composição do PIB demonstra, desde logo, que se trata de uma economia portentosa, com baixa participação da indústria. Quando se desagregam os dados referentes a este setor, encontramos que a indústria de transformação representa apenas 13,1% do PIB. Ora, na medida em que este é um setor da economia, que tradicionalmente requer maior qualificação escolar e

⁴ CNN – Brasil cai e encerra 2024 como a 10ª maior economia do mundo; veja *ranking*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-cai-e-encerra-2024-como-10a-maior-economia-do-mundo-veja-ranking/>

profissional da mão de obra, tem-se já aí, uma indicação dos desdobramentos sobre o sistema de educação e formação profissional no país.

A grandiosidade do PIB que recoloca o país na décima posição entre as maiores economias mundiais resultou, porém, de taxas de crescimento muito baixas desde a implantação da estratégia neoliberal de acumulação no período denominado de Nova República (ver gráfico 1). Nesta etapa histórica do imperialismo, que se desdobra até nossos dias, o momento predominante da dinâmica da acumulação é exercido pelo capital fictício, segundo Carcanholo (2018), que enfrentaria sua primeira crise estrutural a partir de 2007/2008 – crise que se espalhara retardadamente para os países periféricos. Há, pois, uma tendência mundial de crise rastejante e permanente à qual o capitalismo dependente brasileiro tem de responder, adequando seus mecanismos próprios de recomposição das taxas de lucratividade: a superexploração da força de trabalho, a expansão da exploração dos recursos naturais, a espoliação das rendas do trabalho e do fundo público (Harvey, 2005; Behring, 2021). O resultado não poderia ser outro senão a manutenção, e até o aprofundamento, das mazelas sociais sofridas pela classe trabalhadora brasileira. A educação é um dos campos de disputa onde o rebaixamento moral, ideológico e cultural se expressa de maneira açodada – no que pese todas as conquistas passadas como a garantia de vinculação orçamentária na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Gráfico 1: evolução das taxas médias de crescimento do PIB por décadas – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração deste estudo

O Brasil é um país urbano com uma população de cerca de 214,2 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para 2022. No ano anterior, cuja população era de 212,6 milhões de pessoas, as 48 maiores cidades brasileiras concentravam mais de 30% dessa população, enquanto apenas 2% viviam nos 1.288 municípios (23,1% do total de municípios do país) que têm até 5 mil habitantes. No ranking mundial, ele ocupa a sétima posição dos mais populosos do globo, conforme dados da *Nathional Geographic*,⁵ sendo este um elemento de destaque que muito se deve à formação econômica, social e cultural do povo brasileiro pela miscigenação de raças, pelo tráfico e escravização de povos africanos e dos indígenas, bem como pela atração que exerceu – e ainda exerce! –, sobre os imigrantes advindos de muitos outros países.

Eis, porque, a promessa de nova civilização aberta com a formação do Brasil – precisamente por conta da miscigenação nada pacífica nem idílica de povos, raças e etnias, que resultou numa diversidade cultural que nos particulariza no sentido progressivo –, lastreou-se em sequelas sociais disruptivas, que produzem iniquidades em escala abrangente ao longo do tempo. O país teve uma formação *sui generis* no quadro das formações capitalistas retardatárias – chamadas por Marx de prussianas –, com a particularidade de trazer as marcas de uma colonização extrativista e de saqueio, do escravismo, da dependência... Marcas que ainda hoje se expressam no tecido social que se dilacera e se amanhã, se rompe e se recompõe, numa dinâmica veloz – e violenta! –, puxada por demandas e determinações externas e mediadas pelo conflito de classe, de gênero e de raça que se desdobra internamente. Um retrato desta situação é difícil de ser traçado com precisão, sendo apenas ilustrativo o que se demonstra na tabela 1:

Tabela 1: População total, população de 14 anos e mais, ocupada, contribuinte para a previdência e em domicílios com benefício social – Brasil, 2022

ANOS	População total (1.000 pessoas) (A)	População 14 anos e mais (1.000 pessoas) (B)	OCUPADAS				Em domicílios que recebem benefício social	
			Total		Contribuintes previdência			
			Total (1.000 pessoas) (C)	% C/B	Total (1.000 pessoas) (D)	% D/C	Total (1.000 pessoas) (E)	% E/A
2012	197.721	154.477	89.695	58,06	55.920	62,34	50.569	25,58
2013	199.402	156.731	91.359	58,29	58.061	63,55	50.137	25,14

⁵ Estes são os dez países mais populosos do mundo em 2025. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/historia/estes-sao-os-paises-mais-populosos-do-mundo-em-2025_5224

2014	201.108	158.886	92.248	58,06	60.003	65,04	49.418	24,57
2015	202.859	160.960	92.400	57,41	60.329	65,29	47.555	23,44
2016	204.532	162.889	90.750	55,71	59.276	65,31	49.126	24,02
2017	206.172	164.754	91.205	55,36	58.154	63,76	47.025	22,81
2018	207.853	166.576	92.771	55,69	58.698	63,27	47.850	23,02
2019	209.496	168.365	94.956	56,4	59.857	63,03	47.596	22,72
2020	211.096	170.091	86.673	50,96	56.708	65,42	77.605	36,76
2021	212.650	171.714	89.495	52,12	57.413	64,15	63.077	29,66
2022	214.154	173.286	96.982	55,97	61.858	63,78	55.270	25,81

Fonte: IBGE – Pnad. Elaboração deste estudo

Uma olhadela na tabela ajuda a entender a situação de uma nação que se alçou à 7ª posição no ranking populacional do mundo, mostrando-se como grande potencial de realização social, mas marcada por sequelas sociais graves. Por via de consequência, ao longo dos últimos doze anos, sob os efeitos retardados e de longo prazo da primeira crise estrutural do capitalismo contemporâneo desencadeada nos Estados Unidos em 2007/2008, a taxa média de pessoas ocupadas da população de 14 anos ou mais girou em torno de 55,82%, o que seria um dado progressista se se pudesse atribuir a desocupação apenas à idade escolar. Não é disso que se trata, como veremos em outro momento, pois cá entre nós boa parte do abandono ou da não frequência à escola se dá, precisamente, pela imperiosa necessidade dos adolescentes e jovens da classe trabalhadora terem de trabalhar para garantir o sustento próprio e de suas famílias. Do total de ocupados, em média 64,1% contribuem para o sistema de previdência social; os restantes 35,9% juntam-se aos desocupados, inflando em muito este quantitativo dos que não contribuem e, teoricamente, não terão acesso a um direito básico da cidadania que é o de se aposentar e, assim, ter garantias de reprodução material digna na velhice.

Salta aos olhos, também, o fato de que, em média, 25,78% da população de 14 anos ou mais de idade reside em domicílios que recebem algum benefício social governamental. Este índice alegra os corações de pesquisadores aprisionados em modelos matemáticos sobre a pobreza e a política de assistência social. Mas, em verdade, deveria nos alertar para um fato preocupante: o capitalismo brasileiro põe e repõe, historicamente, um nível tão elevado de pobreza absoluta e relativa que obriga a qualquer governo – seja de extração conservadora, progressista ou reacionária –, manter a transferência de renda para imensos bolsões de pobres e miseráveis que o próprio sistema gera. Trata-se da velha e desconsiderada lei geral da acumulação de capital que, na particularidade brasileira, produz, com a força de uma pletora infernal,

uma pobreza absoluta e relativa extremamente elevada. Na tabela, a média do período do governo de Dilma Rousseff foi de 24,68%; no período do ultraliberalismo de Michel Temer e Jair Bolsonaro, esta média foi de 26,40%. Se o critério de análise for o percentual de pessoas de 14 anos ou mais pertencentes a domicílios cobertos por benefício social, os governos de direita conservadora e de extrema direita reacionária – respectivamente, Temer e Bolsonaro, para utilizar a tipificação de Richelly Barbosa de Medeiros (2024) –, se saíram até melhor do que o da presidenta deposta por um golpe de novo tipo, em 2016.

Ao contrário disto, a variação desse percentil tem a ver com o desempenho da economia, com os níveis gerais de emprego da força de trabalho, com os níveis de rendimento do trabalho – afinal, tem a ver com a flutuação dos índices de pobreza absoluta e relativa da sociedade e com as regras estabelecidas para o acesso ao calvário de um benefício social bancado pelo governo. Em todo caso, remetemos a uma pergunta mais funda e óbvia, em tempos em que dizer obviedades é importante: por que uma população tão grandiosa, que habita um país continental de terras férteis e com um nível de desenvolvimento econômico portentoso, reproduz a pobreza e a miséria em escala abrangente?

O fato é que, como demonstrado na tabela 2, o Brasil continua exibindo índices sociais extremamente regressivos e uma das causas está, precisamente, nos níveis muito rebaixados de renda per capita domiciliar. Ademais, os dados enunciados na tabela indicam, ainda, as clivagens de gênero e raça com melhor posicionamento dos homens e brancos na estrutura da renda domiciliar, o que expressa a relação dialética da condição de classe, de raça e de sexo na divisão sociotécnica do trabalho.

Tabela 2: Rendimento domiciliar per capita médio, por sexo e cor ou raça, segundo o nível de instrução – Brasil, 2022 (R\$ 2022)

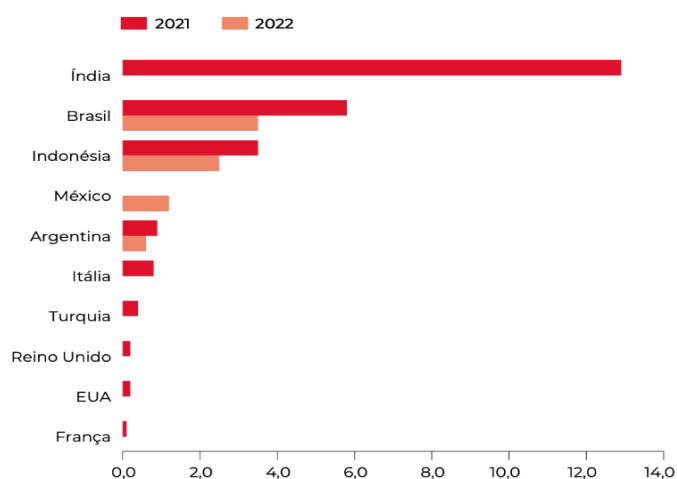
Nível de instrução	Sexo		Cor ou raça			
	Homem	Mulher	Branca	Parda	Preta	Preta ou parda
Total	1.621,86	1.551,79	2.118,11	1.155,16	1.197,19	1.162,60
Sem instrução ou fundamental incompleto	1.043,90	1.062,21	1.318,80	899,48	921,59	903,57
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	1.210,40	1.101,92	1.463,35	955,99	967,88	958,22
Ensino médio completo ou superior incompleto	1.678,17	1.430,98	1.899,48	1.265,88	1.275,20	1.267,70
Ensino superior completo	4.350,93	3.573,04	4.410,72	3.012,24	2.796,79	2.968,58

Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração para esse estudo

Ainda que os dados sejam apenas ilustrativos e nunca suficientes para demonstrar, cabalmente, as condições histórico-estruturais do país, é possível adiantar que estamos diante de aspectos da questão social constitutivos da particularidade brasileira que parecem se reproduzir ao longo da história. Nessa direção, Ruy Mauro Marini (2000) postulou, com o rigor teórico da teoria marxiana do valor trabalho, que o capitalismo dependente brasileiro se elevou sobre a base da superexploração da classe trabalhadora que recebe uma remuneração (salários, preços) menor do que o valor da força de trabalho. E isto não se tratava, segundo o teórico, de uma contingência, mas de uma necessidade histórica de compensação da perda de parte da mais valia produzida nacionalmente que é apropriada pelas burguesias internacionais, às quais a burguesia doméstica se conecta e se subordina como forma de existência no interior da dependência. Uma consequência disso é a reprodução da pobreza e da miséria como mostrado no gráfico 2.

Uma das sequelas que acompanha nossa formação social é a reprodução de índices de pobreza absoluta e relativa muito elevados, mesmo depois dos esforços dos governos progressistas (2003-2016) de inclusão dos pobres no orçamento e de distribuição de renda no interior da própria classe trabalhadora. Como efeito, em análise comparativa com outros países do G20, o IBGE informa que o Brasil ocupava, em 2021 e 2022, a 2ª posição no número relativo de pessoas vivendo abaixo do índice de pobreza. O primeiro lugar era ocupado pela Índia. O gráfico 2 foi copiado desse estudo e serve para ilustrar a situação absolutamente regressiva do país quanto à miséria brasileira.

Gráfico 2: Proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza internacional (%)



Fonte: IBGE. G20 – Brasil 2024

A extrema pobreza se reproduz no Brasil, mesmo após os esforços de mitigação dessa questão pelos governos petistas, e se faz acompanhar de outra dimensão estrutural do capitalismo brasileiro: a desigualdade social, item que posiciona o país em lugar destacado. A tabela 3 mostra que o país ocupava o 3º lugar dos mais desiguais num rol de dezessete países americanos escolhidos para este estudo. Em primeiro se posiciona Colômbia com índice de Gini 0,548, em segundo Belize com Gini 0,532 e o terceiro é o Brasil com Gini 0,520. Nos casos mais alvissareiros, em termos de menor desigualdade social, situam-se: em primeiro lugar o Canadá, com Gini 0,317, distando em muito dos demais dezesseis países; em segundo Suriname, com Gini 0,392; e o terceiro é o Peru, com Gini 0,403. Segundo a metodologia do Gini, quanto mais próximo a 1, mais desigual é o país; ao inverso, quanto mais próximo a 0, menos desigual é a sociedade.

Tabela 3: Índice de Gini e IDH nas Américas - países selecionados, 2022

País	Gini	IDH	País
Canadá	0,317	0,935	Canadá
Suriname	0,392	0,927	Estados Unidos
Peru	0,403	0,860	Chile
Uruguai	0,406	0,849	Argentina
Argentina	0,407	0,830	Uruguai
Bolívia	0,409	0,781	México
Estados Unidos	0,413	0,765	Equador
Chile	0,430	0,762	Peru
México	0,435	0,760	Brasil
Equador	0,446	0,758	Colômbia
Venezuela	0,447	0,731	Paraguai
Paraguai	0,451	0,700	Belize
Honduras	0,482	0,699	Venezuela
Guatemala	0,483	0,698	Bolívia
Brasil	0,520	0,690	Suriname
Belize	0,532	0,629	Guatemala
Colômbia	0,548	0,624	Honduras

Fontes: Gini: Countryeconomy.com; IDH: IFZ

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao contrário do Gini, classifica como melhores os países que se aproximam de 1 e como piores os mais próximos de zero. Conforme a tabela, dos dezessete países selecionados, o Brasil ocupa a 8ª posição dos melhores índices, com 0,760. No topo encontra-se o Canadá com IDH 0,935, a exemplo do Gini, seguido pelos Estados Unidos com o índice 0,927.

Pesquisar tais índices não é de grande serventia se pensarmos os fenômenos isoladamente, sem estabelecer as devidas conexões da desigualdade social, da pobreza, da renda média da população com as estruturas históricas que marcam a particularidade do capitalismo brasileiro. Intervenções pontuais por meio de programas focalizados não atacam de modo consequente as causas destes fenômenos que se reproduzem – sob novas roupagens e novos índices –, ao longo da história do país. Basta pensar que em termos de tamanho do PIB, do nível de industrialização do país e de sua estrutura produtiva agrícola nos colocamos entre as maiores economias do mundo. O contraste parece um paradoxo, mas não é: trata-se da forma *sui generis* de ser e ir sendo do capitalismo brasileiro que incorpora o que há de mais moderno e avançado – para poder se ajustar a demandas postas pelo mercado mundial –, alicerçada em dilacerações sociais como as aqui já citadas e as que citaremos à frente.

Estas breves considerações sobre índices econômicos e sociais servem-nos para indicar que vivemos e alimentamos uma sociedade que parece repor, em bases renovadas, traços incrustados na longa e claudicante transição para o capitalismo monopolista. Formação capitalista que, em suas particularidades regressivas, caminha até hoje sob índices sociais aviltantes, quando comparada com outros países que têm uma economia de tamanho e modernização similares.

Não é demais lembrar, para efeito do que se pretende argumentar no presente artigo, que a transição do padrão de reprodução agrário-exportador para o industrial, no Brasil, se fez de maneira particular marcada, dentre outros traços, pela ausência de rupturas revolucionárias com a velha classe de senhores e fazendeiros e com as estruturas arcaicas pré-existentes: a grande propriedade rural, o sistema agroexportador dependente do mercado externo, a dependência econômica, tecnológica e cultural em relação às metrópoles e aos países imperialistas. Mantidos esses elementos estruturantes, o padrão civilizatório da sociedade burguesa foi aqui produzido sobre a base de velhas relações de poder e atrasos nas funções políticas e culturais, amalgamadas sob o que José Chasin chamou de uma formação capitalista de via colonial. Para este autor, as misérias materiais e espirituais produzidas e reproduzidas pela via colonial são em tudo mais agudas do que as que assaltavam os trabalhadores dos países de formação clássica (principalmente Inglaterra, França, Estados Unidos) e os de via prussiana (Alemanha e Itália, por exemplo). Tais misérias

não poderiam ser resolvidas nos marcos da evolução do capitalismo brasileiro que se mostrou incapaz de integrar as categorias sociais – “[...] a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais” (Chasin, 2000, p. 221). Uma constante que parece ter se mantido é esse convívio com o risco, com a miséria, com a pobreza e com a violência como recorrências cotidianas.

Também é notório que a velha tradição do exercício do poder – responsável por preterir da participação efetiva nos destinos políticos da nação a classe trabalhadora, os povos tradicionais e as populações subalternizadas e oprimidas –, mantém-se azeitada e em plena ação. A maneira como se edificou o capitalismo brasileiro, afirmamos com Florestan Fernandes, traduziu uma situação de poder da nova classe industrial e urbana em conciliação com a velha classe de fazendeiros que reserva para esses estratos dominantes o exercício da política e alija a classe trabalhadora e, no seu interior, amplos segmentos de despossuídos e empobrecidos. Criaram-se, pois, as condições para que as frações de classe burguesas não estabeleçam qualquer “articulação flexível com as pressões dentro da ordem das classes operárias e das classes destituídas” e, ainda menos, com “as pressões contra a ordem dessas mesmas classes”. Assim, “A dominação burguesa e o poder burguês ficam, em consequência, estreitamente confinados aos interesses e aos meios de ação das classes burguesas” (Fernandes, 2005, p. 384).

Eis porque, quando o conflito de classe arranha a estrutura de poder ou quando agentes de base social popular assumem ou ameaçam assumir o governo – mesmo que no interesse da expansão do capital acompanhada de programas e políticas de mitigação da questão social, como foi o caso dos governos progressistas do PT –, a burguesia ora se antecipa ora reage de pronto com as armas da força para sufocar os dissidentes, instaurando ditaduras como a do Estado Novo (1937 a 1945) e a Militar (1964 a 1984) ou, ainda, operando nova modalidade de golpe como o que destituiu Dilma Rousseff, em 2016.

A história do país é, portanto, marcada por um movimento pendular entre períodos de abertura e fechamento do regime político em função da reprodução ampliada do capital nas condições da dependência. Mesmo nos períodos de abertura democrática, os traços exclusivistas da burguesia brasileira firmaram-se e continuaram a operar no centro motor da economia e da política. Na fase mais longa

do regime democrático inaugurado com o fim da ditadura militar, em 1985, com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e com as eleições diretas em 1989, os interesses exclusivistas e autocráticos da burguesia mantiveram-se em seus traços fundamentais: no controle das diretivas econômicas e políticas, oscilando entre o que Florestan Fernandes chamou de democracia restrita e democracia fraca ou de baixa intensidade –, mas sempre no lastreio e defesa dos interesses de estratos dominantes e forte repúdio à participação popular.

Como efeito, quando, dentro da democracia instituída na Nova República, se ensaiou alargar políticas compensatórias e de distribuição de renda no interior dos segmentos que vivem de sua própria força de trabalho; quando se impôs a necessidade de uma agenda regressiva em face de exigências postas pela crise estrutural do capitalismo contemporâneo; e na medida em que o governo comandado por Dilma Rousseff não apresentava condições de executar tal agenda na abrangência, profundidade e urgência que se impunham pelos interesses dominantes; diante desta conjuntura, a burguesia não titubeou e ativou seus dispositivos mais retrógrados, violentos e antidemocráticos para manufaturar a opinião pública e produzir o golpe, inclusive com aquiescência da Suprema Corte do país. Esta forma de enfrentamento dos antagonismos gerados na sociedade burguesa dependente brasileira é clássica e de muito conhecida, como já afirmado com base em Florestan Fernandes.

O que se pretende assinalar é este caráter eminentemente violento das classes dominantes brasileiras, o ódio que elas mantêm historicamente contra as classes subalternizadas, os despossuídos, os que teimam em se insurgir e rebelar contra o *status quo* seja de maneira individual ou coletiva. Asseveramos, também, que a manutenção dos interesses da autocracia burguesa se expressa hoje na coalizão conservadora que dá suporte político-institucional e, ao mesmo tempo, aprisiona o terceiro governo do ex-metalúrgico e ex-líder sindical Lula da Silva (PT); governo marcado pela tibieza das políticas sociais e pela manha de produzir contrarreformas com falsa tintura progressista; pela falta de qualquer iniciativa favorável as forças políticas insurgentes, quando não pelo combate aberto a tais forças e à crítica que elas veiculam – em muitas das vezes, em nome do medo do bolsonarismo.

Este cenário aponta para o recrudescimento da politização levada a cabo pela direita conservadora e reacionária (Medeiros, 2024) e dilatamento do tempo da inação

das forças progressistas no governo e fora dele e, portanto, para uma quadra histórica muito desfavorável para a classe trabalhadora e para as lutas populares. Este cenário se estabeleceu pela conjunção da crise econômica que vem de 2011, a crise política pipocada nas jornadas de junho de 2013 – as quais nem o governo nem os partidos e movimentos sociais progressistas e de esquerda foram capazes de dirigir – e a crise fiscal que assolou o Estado a partir de 2014. Foi nesse lastro histórico que o pacto político da Nova República se espatifou (Safatle, 2015; Sampaio Jr., 2019; Arbia, 2020) com ampla vantagem para a direita conservadora e reacionária, abrindo-se uma nova era no conflito social brasileiro.

A tentativa de golpe urdida por setores das forças armadas – que se expressou nos acampamentos ao redor dos quartéis, na invasão e depredação do Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023 e em iniciativas do oficialato das forças armadas articulados pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro para dar um golpe e não permitir a posse de Lula da Silva em primeiro de janeiro de 2023 – é um fato que revela essa nova época em que a própria institucionalidade construída pelo pacto da Nova República está sendo destruída pelas forças conservadoras; junto com ela, os direitos sociais básicos conquistados ao longo das últimas cinco décadas pelas árduas lutas das forças do trabalho sofrem bombardeio cerrado e vão desmoronando, como tudo que é sólido desmancha-se no ar.

A educação escolar continua um clamor de cidadania

À luz da argumentação anterior, partimos aqui de quatro pressupostos: i) o capitalismo dependente brasileiro e sua burguesia mostraram-se refratários à inclusão das massas do povo trabalhador na participação política e no usufruto dos bens econômicos e culturais; ii) uma nova era política foi aberta a partir das jornadas de junho de 2013 e do golpe de 2016, sendo amplamente dominada pelas forças sociais conservadoras e reacionárias que deitam profundas raízes na sociedade brasileira; iii) os direitos sociais e trabalhistas, que haviam sido conquistados pela classe trabalhadora, equilibraram-se na institucionalidade da democracia restrita no lastro temporal da Nova República, mas sofrem hoje de um processo de devastação pela sanha da extrema direita conservadora e reacionária; e iv) a educação, como direito constitucional, nunca logrou êxito quanto à incorporação da juventude brasileira na

idade e no nível escolar correlato e, doravante, estará mais exposta ainda a retrocessos.

Importa repisar nosso ponto de vista segundo o qual o “reformismo quase sem reformas” (Arcary, 2014) dos governos do Partido dos Trabalhadores tornou-se um embrulho nada palatável para a burguesia, mesmo para aqueles setores dominantes que apostaram na vertente do “neoliberalismo desenvolvimentista” (Saad Filho; Morais, 2018). Pois, logo que dobraram os sinos do capital transnacional, alertando para a necessidade de implementação de um ajuste extremamente regressivo para fazer frente aos efeitos da crise desencadeada em 2007/2008 – cujas consequências foram retardadas no país ainda sob a gestão do presidente Lula da Silva, mas que cobraram seu preço a partir de 2011 sob a batuta da presidente Dilma Rousseff –, o pacto político que soergueu e garantiu governabilidade aos governos petistas foi rompido pela direita. O aventureirismo das classes dominantes, ao retirar Dilma Rousseff do comando da nação, empossar o ensosso e sorrateiro vice-presidente Michel Temer e, depois, entregá-lo a uma personalidade sem qualquer qualidade política e humana para o cargo – que figura, como diz Perry Anderson (2020), ao lado de outros monstros da política mundial como Donald Trump (Estados Unidos), Le Pen (França), Órban (Hungria) e Kaczynski (Polônia) –, expressa uma conjuntura de avanço da direita em escala mundial, é bem verdade, ao mesmo tempo que atualiza, por um lado, esse traço da formação brasileira, qual seja o da intolerância com forças políticas de base social progressista. De outra banda, expressa que na atual crise estrutural do capitalismo contemporâneo, e na forma particular com que se expressa no Brasil, “[...] não comporta mais políticas de conciliação de classes, [mesmo] nos momentos em que a economia retomar taxas sustentadas de crescimento” como asseverou Carcanholo (2018). Ademais, ainda de acordo com o que apontava o mesmo pesquisador nas condições de 2017/2018,

[...] a nova rodada de reformas estruturais pró-mercado implica novas privatizações, e faz toda a diferença quem controla o bloco de poder no governo para direcionar essas privatizações para grupos (político-econômicos) próximos a quem está nesse controle (Carcanholo, 2018, p. 48).

Desgraciosamente, as análises do professor foram amplamente confirmadas com a eleição e governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

O que estamos argumentando é, pois, que uma faceta da particularidade do capitalismo brasileiro é, assim, reposta nas condições da crise atual: a intolerância para com forças políticas dissidentes, mesmo quando estas não estão interessadas em romper com o neoliberalismo. Porquanto, este foi o caso dos governos petistas, que não se propuseram à guerra de movimento para enfrentar as estruturas de poder que esteiam a reprodução do capitalismo dependente brasileiro, tão pouco pressionaram a institucionalidade republicana no sentido de favorecer e armar ideologicamente a classe trabalhadora. Quando infletiram no projeto neoliberal em favor dos mais pobres – pois não se deve elidir o fato de que houve esforços para ampliar políticas e programas de assistência aos assim chamados mais vulneráveis, bem como o recurso a uma base formada pelos movimentos sindical e popular cujas principais lideranças foram inseridas no aparato estatal –, tudo ocorreu de modo tão ordeiro e envergonhado que, ao invés de retroalimentar e armar ideológica e politicamente a classe trabalhadora, serviu mesmo, em grande medida, para dissuadir as organizações trabalhistas e desorientá-las ideologicamente.

No que pesem as louváveis iniciativas progressistas, inclusive a ativação do Estado para contra arrestar a crise de 2007/2008 e um conjunto de programas voltados para garantir comida e melhorias na assistência aos chamados setores mais vulneráveis da sociedade, o resultado foi a continuidade e o reforço da concentração do capital e da propriedade (rural e urbana), da renda e do patrimônio, bem como o azeitamento dos mecanismos de fluxos desregulamentados de capital, vertebrando ainda mais as estruturas materiais nas quais se funda, se apoia e reproduz a autocracia burguesa brasileira. Esta linha de ação ideológica, que perseguiu muito mais a colaboração da classe trabalhadora para com o padrão neoliberal de acumulação de capital e a burguesia, responde, em parte, pelo melancólico fim do governo Dilma Rousseff.⁶

Fato é que, mesmo após os treze anos de governos de base popular, continuam os índices enormes de pobreza, desigualdade social, mortes violentas, encarceramento da juventude, baixos rendimentos do trabalho. A desditosa permanência dessas mazelas não poderia deixar de afetar profundamente os níveis

⁶ Muito instrutivo na demonstração do melancólico desenlace do governo de Dilma Rousseff é o documentário *O processo*, dirigido por Maria Augusta Ramos, lançado em maio de 2018.

de escolarização da população brasileira, mormente a dos estratos da base da pirâmide social – que são aqueles mais prejudicados.

O capitalismo moderno ergueu-se sob a égide da industrialização e concentração urbana, exigindo o alastramento da escolarização de nível básico com o fim de capacitar a mão de obra necessária à indústria e aos serviços, bem como para exercer hegemonia sobre a classe trabalhadora por meio da formação para a aclamada cidadania. Tomando por base os estudos de Fernández Enguita (1989), Eptácio Macário (2005) afirmava que o alastramento da escolarização de base foi uma exigência posta pela luta de classes no capitalismo moderno. Por esta razão, os níveis de escolaridade da população trabalhadora dos países centrais – que realizaram a revolução industrial já em meados do século XVIII ou mais tardiamente no século XIX, caso das formações clássicas e prussianas – só podem ser mais elevados do que o de países periféricos e dependentes. A pesquisa asseverava, portanto, na linha teórica de Ponce (1984) e Saviani (1989; 1991; 2003), a dialética da universalização da educação escolar como necessidade posta pelo desenvolvimento do gênero humano sob o capitalismo e, ao mesmo tempo, como reivindicação da classe trabalhadora.

Ora, na quadra histórica dominada pelo neoliberalismo – que se instaura no Brasil e é comandado precisamente no curso da Nova República, portanto, pós-redemocratização e nos governos civis – os direitos sociais são espoliados e transformados em espaço de acumulação de capital. A educação não poderia passar ao largo dos retrocessos que se vem implementando no país, principalmente no transcurso do ultraliberalismo (Medeiros, 2024) e sua agenda regressiva, dirigidos pelos governos da direita conservadora e reacionária. Mesmo que o campo da educação tenha conseguido certo consenso nos estratos mais diversos da sociedade brasileira como um direito básico de cidadania no evolir da Nova República, este direito depende da correlação de forças no interior do conflito social e das condições materiais e culturais de reprodução das amplas massas trabalhadoras.

No atual cenário histórico, as forças do trabalho têm perdido protagonismo e vêm sofrendo derrotas consideráveis, seja no campo da luta político-ideológica, seja nas suas condições econômicas e morais de existência. É nesse quadro crítico e profundamente afetado pelos mais diversos tipos de irracionalismos, que a luta por garantir escola para a classe trabalhadora se desdobra. Pois, também nesse

quadrante da vida social, os dados confirmam os traços regressivos da particularidade brasileira.

Tabela 4: Taxa de escolarização líquida, segundo níveis de ensino e faixas de rendimento domiciliar per capita – Brasil, 2022 (%)

Renda Domiciliar <i>per capita</i>	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Total	94,1	71,3	20,8
Até 1/4 SM	93,2	59,5	7,0
1/4 até 1/2 SM	94,1	66,3	9,7
1/2 até 1 SM	94,3	73,9	16,4
1 a 3 SM	94,4	81,6	31,5
3+ SM	95,0	82,0	57,7

Fonte: IPEA; elaboração deste estudo

As tabelas 4 e 5 são particularmente instrutivas quanto ao estado geral regressivo dos índices escolares: quanto menor os níveis de rendimentos auferidos, menores as taxas de escolarização líquida da população. O caso do ensino médio e superior é avassalador: enquanto os que auferem rendimentos de 3 salários mínimos ou mais alcançam uma taxa de 82% no ensino médio e 57,7% no ensino superior, os que têm renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo têm taxas de 59,5% e 7% respectivamente; os que detém renda de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, têm taxas de 66,3% e 9,7% respectivamente; já os que auferem renda de $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, exibem taxa de escolarização líquida de 73,9% e 16,4% no ensino médio e superior, respectivamente; os que ganham de 1 a 3 salários mínimos atingem taxas de 81,6% e 31,5%. Os baixos níveis de rendimentos da ampla massa da classe trabalhadora brasileira e as baixas taxas de escolarização líquida (ensino básico e superior) estão, portanto, interligados e não podem ser resolvidas sem transformações estruturais da sociedade brasileira. Note-se, ainda, que o nível superior é, de fato, um lugar reservado aos de melhores rendimentos – pois a taxa de escolarização líquida no estrato dos que auferem renda de 3 ou mais salários-mínimos atinge 57,7%, enquanto a mesma taxa é de 20,8% no geral, variando entre 7,0 e 16,4 nos estratos de rendas que vão de $\frac{1}{4}$ a 1 salário-mínimo. Como efeito, estes índices rebaixados de escolarização líquida dos que se posicionam na base da pirâmide salarial expressa e retroalimenta as desigualdades de renda que marcam regressivamente a sociedade.

Poder-se-ia argumentar que a relação entre estas variáveis tem uma evidente determinação dos índices escolares sobre os rendimentos, mas isto não corresponde à verdade. Pois, o que ocorre é que o estoque de empregos no Brasil contemporâneo tem se concentrado na base da pirâmide salarial (até 2 salários-mínimos), não

havendo vagas para toda força de trabalho disponível, inclusive aquelas parcelas com nível médio e superior. Esta situação tem marcado a evolução do capitalismo contemporâneo no Brasil, desde os anos 1980 e propulsionando concorrência no interior da classe trabalhadora cujos estratos com maior escolaridade desfrutam de vantagens em face dos demais segmentos de baixa escolarização. Nesta relação entre condições de renda e grau de escolarização o momento predominante é exercido pelas primeiras.

Tabela 5: Distribuição percentual da população com 16 anos ou mais de idade, segundo nível de instrução - Brasil, 2016-2022 (%)

Nível de Instrução	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	100	100	100	100	100	100	100
Sem instrução ou fundamental incompleto	35,8	35,0	34,1	32,8	30,1	29,4	30,0
Fundamental completo ou médio incompleto	17,6	17,3	16,8	16,6	16,2	16,6	16,4
Médio completo ou superior incompleto	33,7	34,4	35,1	35,7	37,3	37,0	37,1
Superior completo ou mais	12,9	13,3	14,0	14,9	16,3	16,9	16,5

Fonte: Ipea a partir de dados do IBGE-PNAD

A tabela 5 é ainda mais significativa quanto ao tamanho e dificuldade dos desafios postos para a luta do povo trabalhador, que é de fato a população menos escolarizada, principalmente seus segmentos mais pobres. Nota bem: no ano de 2022, quando o país desfilava no ranking das dez maiores economias do mundo, não menos do que 30% da população de 16 anos ou mais não tinha instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto. A mesma tabela expõe que 16,4% dessa população detinha ensino fundamental completo ou médio incompleto; 37,1%, tinha ensino médio completo ou superior incompleto; e apenas 16,5% detinham nível de instrução superior ou mais. Estamos diante da assombrosa constatação da continuidade daquilo que argumentou o companheiro professor Florestan Fernandes numa quadra histórica que dista pelo menos 50 anos da atual: a formação brasileira mostrou-se capaz de realizar as funções econômicas do moderno capitalismo, acompanhadas de funções sociais e culturais profundamente arcaicas e regressivas – isto é, o capitalismo contemporâneo nas condições da dependência reafirma seus traços regressivos na atualidade.

Conclusão

Retomamos aqui o que Macário (2005) defendeu em sua pesquisa de doutoramento nas trilhas de Dermeval Saviani onde afirma: a educação escolar interessa à classe trabalhadora e a questão crucial “[...] diz respeito ao quanto as forças sociais da mudança são capazes de impor sobre as forças conservadoras a universalização da escola de qualidade, o que de resto pressupõe outras conquistas no campo das condições materiais de existência dos trabalhadores” (Macário, 2005, p. 145).

Três problemas se colocam, porém, perante as afirmações do autor, duas décadas depois de seu estudo. O primeiro é que, a nós nos parece, a Nova República não logrou dar nenhum passo substantivo na incorporação das camadas subalternizadas da sociedade no usufruto dos bens materiais e culturais que conformam esse grandioso povo, essa grandiosa nação (Sampaio Jr., 2019; Arbia, 2020). Os sujeitos que selaram o pacto da redemocratização não têm hoje qualquer função na transformação das estruturas econômicas, sociais e político-ideológicas que esteiam a miséria brasileira. Da direita conservadora ou reacionária (Medeiros, 2024) ao centro-esquerda – incluindo neste último campo organizações partidárias como o PT que construíram importante capilarização na classe trabalhadora do país – o que se persegue é o aprofundamento do politicismo em sua versão escancarada, que desloca as chamadas “questões de política e de Estado” dos profundos problemas estruturais da sociedade brasileira – como a superexploração da força de trabalho, a dependência, a desigualdade econômico-social-cultural, o racismo, a violência desbravada contra insurgentes pobres e pretos.

O segundo problema está ligado ao primeiro: agiganta-se a cada dia – e em cada eleição! –, a ausência de qualquer estratégia abrangente de transformação da sociedade brasileira de modo tal que organizações sindicais e movimentos populares, fundados no evoluir das lutas disruptivas dos fins da década de 1970 e meados da de 1980, sofreram importantes derrotas ideológicas e organizativas por causa das transformações estruturais promovidas pelo neoliberalismo e parecem quedar prisioneiras da agenda eleitoral, sem qualquer ânimo para dirigir as rebeldias da juventude, dos trabalhadores, dos povos pobres, das populações tradicionais.

O terceiro problema, que surge no mesmo terreno dos dois primeiros, refere-se à melancolia dessa longa e desolada noite sem perspectivas, que abre as vias para o sequestro da raiva, da rebeldia, da indignação de populosos segmentos da classe trabalhadora pelos ideários conservadores, reacionários e fascistas (Stefanoni, 2022).

Em seu conjunto, a reciprocidade dessas três dinâmicas coloca o conflito social brasileiro em novo patamar sem ter ainda uma força social capaz de incorporar e protagonizar uma perspectiva transformadora.

Referências

ANDERSON, P. **Brasil à parte (1964-2019)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARBIA, A. A. Ascensão e crise da nova república (1988-2018). In: **Revista Libertas**, v. 20, n 2. Juiz de Fora: dezembro de 2020. Acesso em 18 de maio 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32099>.

ARCARY, V. **Um reformismo quase sem reformas** – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2014.

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

CARCANHOLO, M. D. A crise da do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio. *et al.* (org). **Dimensões da crise brasileira** – dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUece; Bauru/SP: Canal 6, 2018.

CHASIN, J. **A miséria brasileira - 1964-1994**: do golpe militar à crise social. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Crescimento do PIB em volume acumulado entre dois anos - Brasil - 1947-2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em 10 de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (contínua). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html>. Acesso em 10 de junho de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **G20 – Brasil 2024**: Criando sinergias entre a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e o G20. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102080>. Acesso em 10 de junho de 2022.

IPEA. **Base de dados e indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 20 de julho de 2022.

MACÁRIO, E. **Trabalho, reprodução social e educação**. 2005. 171f. Tese (Doutorado em Educação) - UFC. Fortaleza.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, R. B. **Dimensões da crise e ultraliberalismo no Brasil**. 2024. 230f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – UFC. Fortaleza.

MINTO, L. W. **A educação da "miséria"** – particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011, 322f. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP. Campinas.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SAAD FILHO, Al; MORAIS, L. **Brasil – neoliberalismo versus democracia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, V. A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle. Entrevista concedida ao **Portal UOL**, em 15/03/2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica-acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2025.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. O colapso da Nova República e o espectro da ditadura. In: **Revista socialismo e liberdade**, n 9. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, 2019.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 9ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 24ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica** - primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

STEFANONI, P. **A rebeldia tornou-se de direita?** como o antiprogressismo e a anticorreção política estão construindo um novo sentido comum (e por que a esquerda deveria levá-lo a sério). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2022.